

# ENTRE CARTAS E DIÁRIOS: A ATUAÇÃO DOS MISSIONÁRIOS DA COMPANHIA DE JESUS NA AMAZÔNIA MATO-GROSSENSE DO SÉCULO XX

*BETWEEN LETTERS AND DIARIES: THE MISSIONARY COMPANY OF JESUS IN THE 20TH CENTURY AT MATO GROSENSE AMAZONIA*

**Cássia Simone Ribeiro de Carvalho da Silva 1**

**Adriano Castorino 2**

**Rosane Duarte Rosa Seluchinsk 3**

**Rudimaria dos Santos 4**

Graduada em Letras pela União das Faculdades de Alta Floresta – UNIFLOR/MT e Especialista em Leitura, Literatura e Produção De Textos, na área de conhecimento Ciência Humanas, oferecido pela Associação Juinense de Ensino Superior – AJES, Especialista em Língua e Literatura Espanhola, na área de Línguas Estrangeiras Modernas, oferecido pela Faculdade de Educação de Alta Floresta-MT - UNIFLOR, Especialista em Didática do Ensino Superior, na área de Educação, oferecido pela Faculdade de Alta floresta - FAF, Especialista em História de Mato Grosso, na área de Educação, oferecido pelo Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia, Câmpus Alta Floresta - IF. E-mail: cassiasimonecarvalho@gmail.com

1

Possui graduação em Letras pela Universidade Federal de Goiás (2004), mestrado em Ciências do Ambiente pela Universidade Federal do Tocantins (2011) e doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2014). E-mail: adrianocastorino@mail.uft.edu.br

2

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso, Mestre em Educação pela UFPR, Doutora em Desenvolvimento Sustentável pelo CDS-UNB e Professora da Universidade do Estado de Mato Grosso. E-mail: rosane.rosa@unemat.br

3

Graduada em pedagogia pela UNIJALES/SP, Graduada em História pela UNEMAT/MT, especialista em Formação de professores da Educação Básica para AEE pela UFC/CE, Especialista em didática e metodologia de Ensino pela UNIC/MT, Especialista em história do Mato Grosso pelo IFMT/MT, cursando especialização em Educação especial e Libras pelo IFMT/MT. E-mail: rudimariaeventos@hotmail.com

4

**Resumo:** Os jesuítas foram designados para a evangelização dos povos indígenas que ocupavam o território brasileiro. A catequese executada por eles percorreu todo o Brasil, e em grande escala na Amazônia mato-grossense. No que tange à atuação no noroeste do estado, destaca-se o padre João Dornstauder, um jesuíta austríaco que foi considerado um marco na evangelização e na dita pacificação dos povos indígenas. O acervo de cartas e diários deixados por Dornstauder e por outros jesuítas consistem nas fontes que compõem o material de análise do presente trabalho. Esses escritos revelam detalhes de como ocorreu todo o processo mediante a frente de expansão do território mato-grossense. A análise dos documentos foi embasada por reflexões do âmbito da história, da literária e do discurso, ajudando assim a revelar e a entender um acervo documental ainda não explorado. A partir dessa análise, foi possível identificar que o Padre João Dornstauder evangelizou em nome do cristianismo e popularizou-se entre as aldeias do noroeste. Porém, os passos da pacificação evangelizadora impuseram, à etnia indígena, áreas delimitadas e a perda da sua identidade cultural.

**Palavras-chave:** João Dornstauder. Evangelização. Povos Indígenas. Frente de Expansão. Relação.

**Abstract:** Jesuits were nominated to evangelize indigenous people that occupied Brazilian territory. Their catechism went through the whole country, and on large scale through the Amazon territory in the state of Mato Grosso. In which concerns to their performance in the northwest of the state, it is worth to highlight the priest João Dornstauder, an Austrian Jesuit that was considered a milestone in evangelization and in the so-called pacification of indigenous people. The archive of diaries and letters left by Dornstauder and other Jesuits consists in the source that composes the material of analysis of this work. These writings reveal details on how occurred the whole expansion process of Mato Grosso. The documents analysis were based on works from History, Literature and Discourse, which helped to reveal and to understand a documental archive that was not explored yet. From this analysis, it was possible to identify that João Dornstauder evangelize on behalf of Christianity, and popularized himself between the villages from the northwest. However, the evangelizing pacification imposed, to indigenous ethnicity, delimited areas, and the loss of their cultural identity.

**Keywords:** João Dornstauder. Evangelization. Indigenous Peoples. Expansion Front. Relation.

## Introdução

Os jesuítas eram padres designados à missão de catequizar e evangelizar as pessoas que pertenciam à Companhia de Jesus, a qual foi fundada para propagar o catolicismo, como forma de resistência à reforma protestante no período colonial. Assim, o principal objetivo da missão era tentar interromper o grande avanço protestante da época, por meio da educação religiosa dos índios e dos então chamados “cidadãos civilizados”. Assim, a Companhia de Jesus tinha como princípio formar um exército de soldados da Igreja Católica, capazes de combater a heresia e de converter os pagãos (era desta forma que se referiam às populações indígenas).

A catequização missionária ocorreu, em grande escala, na Amazônia mato-grossense. Sabendo disso e considerando que essa região é ainda hoje alvo de movimentos de ocupação, que buscam a expansão do âmbito industrial e de transformação energética, este trabalho terá como foco a análise do movimento da missão jesuítica no noroeste do estado de Mato Grosso, buscando observar, principalmente, como foi a atuação do padre jesuíta João Dornstauder nesta região.

Este homem, de origem austríaca, dedicou sua vida às populações indígenas. Entre os anos de 1946 e 1970, seu trabalho catequético percorreu várias aldeias, como os Cozarine, Iranxe, Nhambiquara, Beijo de Pau, Pareci, Kaiabi, e os Rikbaktsa. Trabalhando com esses povos, o padre João Dornstauder realizou uma infinidade de registros escritos, deixando um legado de produção que caracteriza a relação e o modo de pensar e agir dos Missionários Jesuítas do século XX.

Há, hoje, um arquivo com cerca de 11.000 folhas que contêm os registros dos missionários dessa época – algumas transcritas, outras, manuscritas – o qual representa a principal fonte de informações da referida história e se encontra no Centro Burnier – Fé e Justiça, com sede na Rua Padre Remeter, 96, Baú, Cuiabá-MT. Trata-se de um arquivo de relevante importância para a compreensão do período de ocupação e das ações jesuíticas frente aos povos indígenas do noroeste de Mato Grosso. Tendo isso em vista, neste trabalho nos dedicaremos à análise desse material, a fim de compreender como se deu o processo de ocupação no noroeste e também do norte do estado de Mato Grosso no século XX, sob a ótica, majoritariamente, dos escritos do jesuíta João Dornstauder.

Contudo, dada a extensão do arquivo selecionado, serão utilizados apenas alguns documentos componentes do mesmo para o enfoque e desenvolvimento do trabalho que propomos realizar. Dessa forma, será possível conhecer e analisar parte do processo de colonização e evangelização dos missionários jesuítas em Mato Grosso, em grande parte, a partir do ponto de vista do Padre João Dornstauder, considerado por muitos o “Padre Anchieta do século XX”.

## Entre Cartas e Diários: O Método de Análise

O arquivo que abriga, dentre outros, os registros do padre jesuíta João Dornstauder são compostos, sobretudo, por dois tipos de documentos: cartas e diários. A maior parte desses documentos foi escrita pelo jesuíta, contudo, há também respostas às suas cartas, escritas por outros membros da Igreja, bem como por outras personalidades de relevância para o movimento. Considerando isso, para delimitarmos nosso corpus de análise, foi primeiramente necessário realizarmos uma busca no arquivo, considerando suas características macroestruturais, com o objetivo de selecionar as partes mais relevantes para objetivo deste trabalho.

Destarte, observamos que as partes do arquivo cujo conteúdo permite que sejam identificados mais aspectos concernentes ao modo de catequização e à relação estabelecida entre jesuítas, índios e demais cidadãos no processo de ocupação do noroeste de Mato Grosso somam um total de 24 folhas, as quais serão referenciadas detalhadamente no decorrer de nossas análises. Essas folhas são constituintes de cartas e diários distintos e, delas, foram trabalhados apenas os excertos mais relevantes.

É importante dizer que as fontes mencionadas neste trabalho, além de conterem os escritos do Padre João Dornstauder, também incluem a análise de documentos do padre Antônio Iasi J.R., o qual fez parte do processo de evangelização, e do padre José de Moura e Silva, historiador. Um exemplo é o documento referenciado no trabalho que traz como autor o padre José de Moura e Silva. Ele foi escrito em Cuiabá, no ano de 2007, e é composto por 11 páginas, as quais relatam o histórico dos jesuítas em Mato Grosso a partir de 1959. Apesar da utilização desse documento em nossa análise, o marco referencial do trabalho é o Padre João Dornstauder.

Ademais, a partir da análise macroestrutural do arquivo, constatamos que “A carta Missão Anchieta”, escrita pelo Padre Antônio Iasi J.R., em setembro do ano de 1966, se mostra determinante para o cumprimento de nosso objetivo. Nela, é relatada a preocupação com a imensidão da área a ser evangelizada e são descritas quais medidas adotadas pelos jesuítas para alcançar os objetivos de ocupação e da catequização.

O terceiro documento que delimitamos como nosso corpus de pesquisa aborda a introdução à vida missionária e é intitulado “A primeira palestra às Irmãzinhas”. Trata-se de um esquema elaborado pelo Padre Iasi e pelo Padre Edgar, datado 12 de novembro de 1965, o qual evidencia o objetivo da empreitada missionária. Já o quarto, intitulado “Relatório - Testemunho do Padre João”, possui cinco folhas escritas pelo Padre Dornstauder, que relata sua vinda para Mato Grosso.

O quinto documento consiste no fascículo dois do arquivo, proveniente de um conjunto de fascículos sem pastas delimitadas, o qual se encontra dentro da pasta de nome “Dornstauder, João”. Deste fascículo, serão analisados os documentos datados de setembro de 1948 à 1950, que demonstram as minúcias da catequização e as informações sobre a Estação de Utiariti, local ao qual eram levados os indígenas para uma nova absorção cultural.

Como os documentos que compõem o arquivo não apresentam folhas numeradas, não referenciaremos as partes utilizadas por meio da indicação do número da página. Nas referências, indicaremos unicamente a origem do arquivo – Missão Anchieta – e o nome do jesuíta responsável pela escrita das folhas trabalhadas. Além disso, uma vez que há algumas folhas manuscritas ao longo do arquivo, as transcrições destas serão feitas fielmente como consta no documento original.

Algumas pastas documentais são datadas ou apresentam folhas que possuem datas. Contudo, na maior parte delas não é mencionado o ano de escrita. Dessa forma, para as folhas ou documentos que apresentarem datação, a indicaremos nas referências; as folhas e documentos não datados serão referenciados como “sem data” (s.d.).

## **História, Linguagem e Estéticas Literárias**

Os fundamentos buscados para a análise documental inspiraram-se, em partes, em José de Souza Martins, especificamente em seu trabalho “Fronteira: A degradação do Outro nos Confins do Humano”. Nele, é abordada a questão da frente de expansão da sociedade nacional sobre territórios ocupados por povos indígenas, já que essa população se encontrava em suas terras na Amazônia havia milhares de anos. A frente de expansão se deu por meio das pessoas que chegaram na região por conta própria, pois o Estado não dava suporte e nem apoiava pessoas como os garimpeiros e os grileiros de terra.

Ambos os grupos, mesmo sem a documentação necessária, ou seja, sem a legitimidade do Estado, se apropriavam destas terras, estabelecendo-a como posse e constituindo o movimento de expansão da região. Também, havia pessoas remanescentes da exploração das seringas, que foram abandonadas pelo Estado no período que se findou a exploração da borracha, de forma mais consistente, no período da segunda guerra mundial.

É importante ressaltarmos também, nesse contexto, a questão da frente pioneira. Diferentemente da frente de expansão, ela recebeu toda a estrutura do Estado: abriram-se estradas, emprestou-se dinheiro para que as colonizadoras atuassem nessas regiões, construíram-se fazendas e foram negociadas as terras. Assim, é possível perceber que a frente pioneira tem a legitimidade do estado. Dada a colocação desses dois processos de ocupação, dar-se-á o entendimento do processo de ocupação do território indígena que, além de vivenciar a ação conflituosa da defesa da terra, sofrera ação evangelizadora dos jesuítas.

Desse modo, julgamos pertinente ressaltar ainda que, para cumprir com o objetivo deste trabalho, buscamos fundamentos nas reflexões de José de Nicola, em “Literatura Brasileira”, que faz entender o recorte temporal do período histórico do referente trabalho. Embasamo-nos, ainda, em Michel Foucault, que, em sua obra “Arqueologia do Saber”, pontua o processo histórico como fenômenos tendenciais que se culminam e se invertem após continuidades seculares, e em outra obra do mesmo autor, “A Ordem do Discurso” que remete à pronúncia das palavras como uma transferência calma, profunda e indefinidamente aberta.

Outra base foi José D’Assunção Barros, em “O Campo da História: Especialidades e Abordagens”, obra em que discorre sobre a intenção de balancear a historiografia tal como ela pode

ser hoje vista, no que se refere às suas subespecialidades. E, por fim, utilizamos como fundamento a obra do padre Aloir Pacini, S. J. “Um artífice de paz entre seringueiros e índios”, que relata toda a trajetória de pacificação entre os seringueiros e índios, através do padre João Dornstauder.

Considerando a contribuição de cada um desses trabalhos, ressaltamos que o entrelaçar dessas fontes contribui para o alcance dos objetivos definidos. Nesta perspectiva teórica, abordamos primeiramente a relação entre a História e a Literatura, seja como disciplinas, ciências ou gênero literário, pois ambas possuem íntima e frutífera relação do ponto de vista acadêmico e social.

A história, ainda que postule ser uma ciência, é ainda assim um gênero literário; a literatura, ainda que se postule ser uma arte, está diretamente mergulhada na história: é a história que a constitui enquanto gênero produzido pelo homem e incontornavelmente inserido na temporalidade; e é ainda da história que a literatura extrai boa parte de seus materiais – seja da história dos historiadores ou da história vivida, mesmo que esta seja a história anônima, vivida diariamente através dos dramas pessoais que não se tornam públicos (BARROS, 2010, p.02).

A contextualização do marco temporal jesuítico é enriquecida por meio das escolas literárias, pois as características contemporâneas do Quinhentismo e do Modernismo permitem que seja mais bem compreendida a época vivenciada pelos padres Jesuíticos, tanto no século XVI como no século XX. Isso porque o movimento de ocupação do noroeste de Mato Grosso, do qual participou João Dornstauder após meados do século XX, se aproxima muito, em suas finalidades, do movimento de ocupação do Brasil na época em que o território foi achado pelos portugueses.

O padre José de Anchieta é, ainda hoje, o ícone referencial do processo de catequização organizado pela Igreja Católica Romana e representado pelos trabalhos cuja estética constituiu o Quinhentismo, do século XVI. O Modernismo, por sua vez, contempla o marco histórico de nosso trabalho: é datado do século XX, e tem como representação icônica o padre João Dornstauder. Remetendo à análise da época, os fatores motivadores dos movimentos podem articular-se na narrativa dos documentos deixados, evidenciando traços que, a partir de uma investigação, poderão revelar características do olhar e da ação dos membros da Igreja para com as comunidades indígenas com as quais conviviam.

Por isso, destacamos que o movimento literário Modernista vem em busca de rupturas com o passado, e trata-se de uma escola literária dada aos movimentos sociais no campo, esse marco de transição entre o que era o passado e o que seria chamado de moderno surgiu a partir da Primeira Guerra Mundial. (NICOLA, 2003). Entretanto, não pode haver ruptura sem que o novo esteja ciente das relações inevitáveis com a anterioridade; dito de outro modo, para haver ruptura, é necessário que, em algum momento, tenha havido laços entre aquilo que se entende como novo e aquilo que se entende como pertencente ao passado.

Então, analisa-se, na vertente das rupturas, os escritos deixados pelo Padre João Dornstauder, época com marco histórico diferente, vivenciada por um homem que constituiu registros ainda não explorados dos Missionários da Companhia de Jesus na Amazônia Mato-Grossense. A frente de expansão nesse território foi tomada pelo “lado civilizado”, e o homem, mesmo sem legitimidade do estado, ocupava o espaço do território indígena, muitas vezes severamente mutilado por processos ideológicos facilmente identificáveis, como a ganância desenfreada pelo lucro. A frente pioneira é um dos modos pelos quais se dá o processo de reprodução ampliada do capital ou a expansão territorial, e é tida com muito mais força que a frente de expansão, porque vem com o suporte do estado (MARTINS, 2009).

Juntamente com esse processo capitalista, do outro lado há os vencidos e subjugados: as populações indígenas.

No entanto, a situação de contato, a sociabilidade, que demarca a convivência, dominada pela diferença e pelo desencontro étnico, no espaço ainda indefinido da frente de expansão, constitui uma realidade sociológica *sui generis*.

Embora marcada por uma transitoriedade notória e menor do que a das durações históricas das sociedades e grupos que ali se encontram e se confrontam, o calendário dessa convivência complicada é mais extenso do que parece (MARTINS, 2009, p.24).

O contato com o branco, a demarcação da terra, a catequização e a nova aculturação consistiam em códigos não reconhecidos pela população indígena. Esta, por conseguinte, sofre arduamente por todo esse processo fecundo da transitoriedade histórica secular, uma vez que são obrigados a romper bruscamente com hábitos e tradições já consagradas em suas comunidades.

A análise dessa ruptura, na linha de Foucault, faz referência ao limiar, ao limite, à série, pontos esses colocados para uma análise histórica que podem ser considerados um campo particular, chamado de disciplinas. Trata-se desse conjunto de conhecimento tão incerto de suas fronteiras, tão indecisas em seu conteúdo que se chamam história das ideias, ou do pensamento, ou das ciências, ou dos conhecimentos (FOUCAULT, 2008, p. 23). Tudo isso pode entrelaçar na fundamentação deste trabalho. Parte-se, então, para noção de tradição, que visa dar uma importância temporal singular a um conjunto de fenômenos, ao mesmo tempo sucessivos e idênticos ou análogos, que permite repensar a dispersão da história na forma desse conjunto.

Assim, busca-se entender todo esse processo de rupturas, que permitem estabelecer entre os fenômenos simultâneos ou sucessivos de uma determinada época, de uma comunidade de sentidos. Ou seja, o objetivo é compreender como se deu a relação entre jesuítas e povos indígenas, a qual motivou toda a absorção dessa nova cultura, e quais conjuntos de fenômenos que mais se propagaram, quais forças e quais hábitos interligaram os discursos dos homens.

Buscamos refletir, a partir da análise dos escritos de João Dornstauder e de outros jesuítas, os princípios de classificação, regras normativas para a desagregação dos autóctones em questão. Começa-se pela retórica discursiva, pois o discurso manifesto não passaria da presença repressiva do que ele diz e esse não dito – ou não verbalizado – seria um vazio minando, do interior, tudo que se diz.

O primeiro motivo condena a análise histórica do discurso a ser busca e repetição de uma origem que escapa a toda determinação histórica; o outro a destina a ser interpretação ou escuta de um já dito que seria, ao mesmo tempo, um não dito (FOUCAULT, 2008, p. 28).

A história de um conceito não é a mesma de seu refinamento progressivo, de sua racionalidade continuamente crescente, de sua gradiente de abstração, mas a de seus diversos campos de constituição e de validade, a de suas regras sucessivas de uso, a dos meios teóricos múltiplos em que foi realizada e concluída sua elaboração (FOUCAULT, 2008). Da mesma forma, acreditamos que assim também sejam constituídas as relações entre padres e povos indígenas e, conseqüentemente, os documentos componentes do arquivo de Dornstauder.

A história que emana desses documentos deve levar em conta os diferentes campos de constituição e de validade. Isto é, deve-se poder enxergar, a partir do ponto de vista dos jesuítas, também a versão dos povos indígenas acerca dos fatos.

## **Desvendando o Arquivo: A História Revelada Pelas Fontes**

A narrativa histórica é uma arte contemporânea que envolve o entrelace da temporalidade, conjugando pretérito, presente e futuro, porque a história é um refinamento progressivo. Isso se dá devido à impossibilidade de se ter a mesma incidência repetidamente, pois não se conta uma história duas vezes da mesma forma. Há sempre uma nova descoberta, com redistribuições recorrentes que fazem aparecer vários passados, várias formas de encadeamento, várias hierarquias de importância, várias redes de determinações, várias ideologias, para um único e mesmo conhecimento.

Assim, à medida que o presente se modifica, as descrições históricas se ordenam, necessariamente, pela atualidade do saber. A partir dessa ordem temporal, é possível destacar dois tipos de documentos: as cartas e os diários, os quais têm a função de expor relatos, observações,

notícias, sejam elas de cunho pessoal ou de interesse público.

Nesse sentido, ressalta-se que esses dois tipos de documentos consistem em importantes meios de registro dos processos de ocupação no Brasil. As cartas que os jesuítas escreviam a seus superiores e familiares permitem resgatar acontecimentos e antigos mapeamentos de suas regiões de atuação, especificamente, em relação à atuação dos Missionários da Companhia de Jesus na Amazônia mato-grossense. Ademais, o acervo deixado por esses Missionários Jesuítas faz referência à sua atuação e à sua relação com as populações indígenas, pois o processo de catequização na vertente jesuítica ligou a cultura europeia com a cultura nativa da Amazônia.

O Centro Burnie de Fé e Justiça, citado anteriormente, também referência documentos intitulados “Mato Grosso do Sul”, “Rondônia” e “Mato Grosso”, os quais trazem como autor o Pe. José de Moura e Silva, SJ. As autorias são referenciadas no documento, o qual é composto de 11 anexos, datilografado em 2007 Cuiabá. Tal arquivo menciona os jesuítas que se localizavam no Mato Grosso do Sul, em Rondônia e em Mato Grosso, e nele é possível observar a pormenorização desta ocupação, a qual aguça tantos objetos de estudos. Apesar da existência de inúmeras possibilidades, nossa análise terá como foco apenas os documentos relacionados ao movimento do noroeste de Mato Grosso.

A história dos jesuítas nesse estado divide-se em três ciclos: o primeiro é datado do fim do século XVI e vai até 1759; o segundo, de 1925 a 27 de setembro de 1999; e o terceiro, de 27 de setembro de 1999 até o presente. Desse modo, o objeto de análise do presente estudo é o segundo ciclo histórico, já que contempla formalmente os jesuítas, e fornece informação dos demais ciclos para o entendimento de todo o processo.

O principal objetivo da missão jesuítica era propagar a religiosidade, abarcando missões em todos os países, como as missões espanholas e portuguesas. Os jesuítas portugueses estabeleceram uma missão no território em que hoje se encontra o estado de Rondônia, a qual teve a durabilidade de 13 anos (1727-1740). Essa missão abrigaria a sede de uma região missionária, abrangendo parte do atual estado do Amazonas e os estados de Rondônia e Mato Grosso.

Em 1751, acompanhando o primeiro governador da Capitania de Mato Grosso, Dom Antônio Rolim de Moura Tavares, os jesuítas portugueses abriram missões no estado. O padre Agostinho foi alocado na região da sede da Capitania e abriu a missão de São José, em 1754, na margem esquerda do rio Guaporé (território espanhol), transferindo-a, em 1756, para a margem direita (MIA, SILVA, M. JOSÉ, 2007). Essa Missão era destinada aos povos indígena Mequém e Guajaráta.

O padre fundou ainda a Missão de Nossa Senhora da Boa Viagem do Salto Grande para o povo indígena Pamá. Porém, aconteceram alguns percalços em relação aos missionários, devido ao envolvimento com o aprisionamento e venda de índios e, assim, os jesuítas foram presos e enviados a Portugal. Devido a isso, o missionário padre José Maria de Madureira, em 1927, explicou o porquê da situação de inoperância missionária jesuítica de seu tempo. No seu entender, somente no futuro, talvez distante, os jesuítas assumiriam uma missão com um povo indígena:

O Brasil de agora não é o de então. Claro está que a caridade ordenada exige que o Jesuíta consagre a sua actividade, antes aos que já são filhos da Igreja, do que aos pagãos, mormente quando os erros modernos ameaçam paganizar o mundo inteiro. Felizmente, os Índios não ficaram abandonados, pois os p. Benedictinos, Franciscanos, Capuchinhos, Dominicanos, Salesianos e outros trabalham eficazmente para sua conversão. Queira Deus aumentar o número dos Jesuítas, a fim de que a Companhia possa, sem prejuízo das obras estabelecidas, destacar um grupo de valentes missionários para emular com os heroísmos dos seus santos e saudosos irmãos, como felizmente projectam fazer brevemente os Padres da missão lusitana do Norte (MIA, SILVA, M. JOSÉ, 2007, p.5).

Essa citação foi retirada da pasta Livro – Jesuítas em MS, RO e MT. 62.1 – BR. CBFJ – MIA-MOURA E SILVA, José. Nela vemos que, em 1925, a Missão Romana no Brasil aceitava assumir uma prelazia, como está descrito no documento “Jesuítas em Mato Grosso do sul, Rondônia e Mato

Grosso”, escrito pelo Padre José de Moura e Silva. A formação da prelazia ocorreria precisamente com o objetivo de conter os índios, ou seja, impor o catolicismo de tal forma, que a mesma fosse considerada uma verdadeira missão entre pagãos.

Diante do mencionado, nota-se que os jesuítas, juntamente com a frente de expansão, ocuparam o espaço que já era habitado há milhares de anos pelos indígenas, os intitularam de pagãos, e arraigaram sobre eles outras raízes, alegando agirem em nome do cristianismo. Desse modo, observamos que os missionários jesuítas continuaram a obra iniciada por Anchieta, o qual veio para o Brasil em 1553 com a missão de catequizar os índios, sendo conhecido por eles como o grande *piahy*, “supremo pajé branco”. Ele nos legou como parte de um exaustivo trabalho de catequese, a primeira gramática do tupi-guarani, verdadeira cartilha para o ensino da língua dos nativos (NICOLA, 2003).

Trabalharam em uma imensa área, com extensão três vezes maior que o estado de São Paulo, chamada Mato Grosso, intencionados meramente com a catequização. É relevante destacar que o latim, no caso dos jesuítas, não era um instrumento de cultura intelectual, mas um instrumento indireto de catequese, que se destinava à formação de missionários. Ou seja, a catequese – e não a instrução – era o único propósito dos jesuítas e a própria razão de ser de suas atividades. Por isso, mesmo que tenha originado um legado gramatical do tupi-guarani, os meios pelos quais tal herança foi conseguida se mostraram invasivos e inapropriados para o tratamento da cultura indígena.

Os missionários consideravam que as tribos indígenas localizadas na região necessitavam de seu auxílio, não só para suas enfermidades. Achavam que, para eficiência do trabalho, era necessário multiplicar os missionários e modernizar os meios um atendimento referente às suas necessidades espirituais, mas também para o alívio de comunicação, e desta forma fizeram (MIA, Pe. M. JOSÉ, 2007).

Essa era a verdade estabelecida pelo homem que estava à frente da expansão. Eram pessoas como garimpeiros, grileiros de terras e os remanescentes da exploração dos seringais. Esse ciclo se findou no período da Segunda Guerra Mundial. Mas, de forma consistente, pode-se dizer que foi nesse mesmo período que a exploração da borracha foi aquecida novamente pela economia americana, pois dependiam dela nesse momento. Juntamente com esse novo processo estava os jesuítas, fazendo parte do processo de ocupação.

Em análise a outro documento do corpus do trabalho, “Introdução à Vida Missionária”, um esquema elaborado pelo padre Iasi e pelo Padre Edgar na primeira palestra “As irmãs”, faz firmarem ainda mais as indagações referentes à catequização indígena, nomeada de “A missão em pagãos”. Assim os padres relatam no documento minuciosamente os objetivos da missão:

“A quem queremos atingir com nossa vida missionária?”

Ao índio.

Onde queremos levar o índio? Que queremos fazer com ele?

Queremos fazê-lo bom cristãmente.

Que é bondade Cristã? E como chegar a ela?

Aproveitar as qualidades naturais do índio, aperfeiçoá-las e impedir que pratique atos não cristãos.

Tomar como norma a norma do atual concílio Vaticano, que o copiou do primeiro concílio dos apóstolos:

“Não impôr nada além do necessário”

O que é necessário para salvar a alma e sustentar o corpo como conseguir esse objetivo?

A condição *si ne qua non* é conhecer o elemento com o qual vamos trabalhar. Portanto.

Que é o índio?

É um ser racional (com uma alma a salvar, e sendo nós missionários da religião cristã, em tudo deve ser visada esta finalidade suprema)

Qual o grau deste “racional”?

Geralmente em grau ínfimo – negativamente - não supôr que

seja igual a um civilizado na mesma idade.

Positivamente – usa a inteligência para conhecer o bem e vontade para querê-lo.

Racional em grau “ínfimo”: vê só os bens imediato, quase sempre matérias. Visão de um futuro mínimo: Faz roça para um ano, o mesmo vale da casa, da caça etc.

Às vezes vê também bens de ordem espiritual, cultural, como flautas, adornos etc.

E como ser inteligente ele tem a consciência de si. Que é consciência de si?

É um conjunto de percepções controladas, que vão formando a convicção e consciência de que ele é a “gente” Ergigbaagtza, Hariti etc.

E isto lhe dá certa personalidade (embora mínima)

É preciso conhecer esta consciência psicológica, (os bens materiais e culturais que ele produz e aprecia). Conhecer a história da tribo, sua língua, suas lendas, seus tabus.

É preciso aperfeiçoar esta personalidade psicológica, mediante aculturação, fazer conhecer e abraçar valores novos.

Fazê-lo compreender o que é “gente” et gentes” (MIA, INTRODUÇÃO À VIDA MISSIONÁRIA, s.d. FASCÍCULO 2, transcrição nossa)

Acima de tudo, o trecho citado demonstrado o porquê da evangelização. O que seria essa missão em pagãos? Já que para os missionários os indígenas eram pagãos, por que não eram batizados segundo os mandamentos do catolicismo? Por consequência disso, a aculturação seria imposta a contra gosto, ou seja, os índios receberiam condutas religiosas cristãs, comeriam alimentos que não eram do seu costume, cobririam o corpo nu com vestimentas, dormiriam em lugar que não fosse a rede, os colares e os enfeites seriam desprezados e as crenças indígenas seriam substituídas pela doutrina religiosa do branco.

Inicia-se, então, a evangelização missionária. Mas é importante dar destaque ao modo como foi realizada a missão evangelizadora, intermediada pelo Padre João Dornstauder, no Noroeste Mato-Grossense que como já dissemos, é considerado o José de Anchieta do século XX. Essa atribuição se justifica, pois Anchieta foi o mais antigo vulto da história intelectual e tornou-se, para muitos e em muitos aspectos, um pioneiro, o primeiro poeta, o primeiro teatrólogo, o primeiro gramático, o primeiro humanista do Brasil.

Em análise ao documento intitulado “Relatório - Testemunho do Padre João” composto por cinco folhas descritas por Dornstauder. Na primeira folha, é relatada a data de sua chegada ao Brasil e sua vinda para Mato Grosso, que se deu em 1946. Segundo o Padre, os primeiros nove anos foram necessários para fazer o levantamento de quantas tribos viviam no Norte do Mato Grosso entre o Juruena e o Xingu.

A minuciosidade do documento é riquíssima, pois elenca todas as datas do processo de catequização, como se pode ver abaixo.

1946 a 1955	Neste marco foram 90 expedições, trabalhando com as aldeias Nambikwara, Irantxe e Paresi, foram também efetuadas duas visitas aos Bakairi e Kayabi. Ocorreu a descida do rio Teles Pires e visita ao Xingu e, por fim, a travessia do rio Teles Pires ao Arinos.
1956 a 1964	Aqui aconteceu a pacificação dos canoieiros, os Rikbaktza e a tentativa de contato com os Cinta – Larga e os Beiço – de – Pau, totalizando 90 expedições.



1966	A partir desta data os trabalhos foram permanentes com a aldeia Kayabi do Tatuí, Rio dos Peixes e a aldeia dos Apiaká, que eram do mesmo rio. Foi preparado também um contato com um grupo de Apiaká, que ainda era isolado.
1976	Nesta data aconteceu a demarcação das reservas das aldeias dos Kayabi e dos Apiaká.

Fonte: MIA, DORNSTAUDE, s.d.f.01, Dados organizados pela autora.

É importante ressaltar que os nomes das aldeias foram transcritos de acordo com que estão no documento; nesse sentido, entende-se que as transcrições buscam aproximar - se foneticamente da escrita e da pronúncia da língua indígena. O Padre João Dornstauder refere-se a esses trabalhos como uma caminhada; isto é, baseiam na ideia de uma missão “volante”, ou seja, têm como finalidade ir ao índio.

Em relação à catequização, ele revela ter com os índios, chamados de canoieiros no documento, a mesma relação que tinham com os seringueiros, e observou a sensibilidade de ambos pela religião cristã. Além disso, afirma que era necessário formar os índios para serem líderes no próprio grupo, vivenciem o dia a dia com esse grupo, primeiramente seria por necessidade e depois, por método de execução das atividades da missão (MIA, DORNSTAUDE, s.d., f. 01).

Vê-se, então, que todos os passos tomados por esse jesuíta eram meticulosos, com vistas a alcançar a evangelização. Considerando isso, exporemos abaixo o relatório das datas da ação missionária, agora entre missionários e antropólogos.

1968	Em São Paulo, aconteceu uma reunião cujo objetivo era dar testemunho da vida cristã, testemunhar o respeito à cultura indígena e a necessidade de conhecê-la profundamente.
1972	Esta data marca uma nova visão de missionização para os jesuítas, pois esse novo sentido para eles era a “salvação deve vir do índio”.
1974	O Padre João Dornstauder publicou juntamente com o Padre José Moura, na cidade São Leopoldo no Rio Grande do Sul, como se deu a pacificação dos Rikbaktsa.
1975 a 1976	Aconteceu, neste marco, um assessoramento ao índio para que ele mesmo conseguisse solucionar seus problemas. Assim, a evangelização jesuítica era vista pelos índios como uma ação libertadora. Jesuíta: “Não destruir, mas construir”.

Fonte: dados obtidos em MIA, DORNSTAUDE, s.d., f. 0, e organizados pela autora.

O missionário Padre João Dornstauder, ao redigir o fragmento “Não destruir, mas construir”, componente da primeira folha do seu relatório, permite que seja feita uma breve interpretação de como foi construído o processo da evangelização no século XX. Isso porque, a partir dos problemas gerados pela própria colonização, tudo que o índio sofrera com essa transgressão foi somado positivamente, no ponto de vista da evangelização cristã.

Primeiro, parte-se do princípio de assessorar e fortalecer o indígena para solucionar seus problemas. Com esse primeiro passo dado, é depositada extrema confiança no missionário por parte indígena, abrindo-se assim caminhos para evangelização jesuítica. E, como o Padre Dornstauder diz, “sou missionário. Hoje há muitos estereótipos do missionário. Serei um deles? Julgue o leitor no fim destas linhas” (MIA, DORNSTAUDE, s.d).

Esse pressuposto que rodeia o missionário, vinculado à evangelização, demonstra que as ações realizadas pelo padre também foram julgadas. Seu desejo de catequizar, oriundo de sua tarefa missionária, teve acertos e erros. Dos erros, o principal foi propagar o cristianismo aos indígenas, considerando-os pagãos, sem respeitar sua cultura e seus deuses. Dos acertos, ressaltamos a libertação da escravidão indígena, proposta pela frente de expansão, ou seja, os conflitos causados pela frente de expansão e pela frente pioneira, exterminou e escravizou o indígena. Isso porque o conflito pairava entre o modo de vida e a maneira subjetiva de ver e entender o mundo de cada um dos povos, ou seja, dos índios da “civilização” avassaladora e espoliadora.

Com a frente de expansão, as terras indígenas passaram a ser invadidas pelos seringueiros, terra essa tida como um território “inexplorado”, como a margem dos rios Arino, Jurueña e do Sangue. Para acontecer a chamada civilização, os conflitos de guerra ocorreram de ambas as partes: de um lado, os seringueiros, para tomada de posse; do outro, os indígenas, para defesa de sua terra. Nesse contexto ressalta-se o padre João Dornstauder, com o processo de pacificação, que gerou o fim da guerra, mas também o confinamento dos índios em reserva.

Os seringueiros deixavam o espaço para as madeireiras e para as grandes fazendas agropecuárias, tudo a serviço dos interesses avassaladores do grande capital. E com tudo isso, a presença do missionário, foi marcada pelo papel de pacificador, nem tanto pela atribuição de catequizador. Mas sua figura impôs sobretudo, como presença solidária, disposta a contribuir para que os povos indígenas seguissem crescendo mais e mais. Isso dentro da concepção jesuítica. E é essa percepção que o cristianismo faz do missionário João Dornstauder. Porém, não se pode “afogar” as lembranças dolorosas de todo esse povo que foi confinado em reserva e que até hoje sofre as consequências da demarcação de suas terras.

Na terceira folha do documento analisado, precisamente no último parágrafo do relatório do Padre João Dornstauder, é demonstrado, em sua escrita, a preocupação com a catequização, com a sua missão. É possível identificar a impressão do “medo” de errar como missionário.

No congresso que fui de americanista em São Paulo, em 1954, numa conversa o professor Galvão disse: “A questão não é catequizar ou não. Tudo depende do modo como se faz. Catequese malfeita pode destruir uma tribo” (MIA, DORNSTAUDER, s. d. f.03, transcrição nossa).

Segundo o padre João Dornstauder, essas palavras do professor Galvão o marcaram profundamente, acreditamos que essa oratória contribuiu para o sucesso da evangelização do padre, pois a maneira de pacificar os conflitos, o cuidado com aproximação e o contato com o indígena, a maneira de cuidar dos ferimentos, tudo isso fortaleceu a admiração do povo indígena, essas atitudes favoreceram o seu processo de evangelização. Mas não se pode esquecer, que todo esse processo foi “dolorido”, a necessidade de ocupação do homem com a frente de expansão e a frente pioneira, tendo como discurso “tomar o espaço vazio”, espaço esse que pertencia a centenas de indígenas. Mas os conflitos sangrentos, os envenenamentos e as epidemias dizimaram setenta e cinco por cento dos povos.

Além disso, ao analisarmos alguns trechos de seus escritos, notamos uma descrição da estrutura linguística dos diferentes grupos acompanhados pelo padre João Dornstauder, com fonéticas diferentes, mas com mesmo significado. Por exemplo, quando um indígena Xamã Pareci diz “você é *otiaharitimêmo*”, “*otiahariti*” é a mesma palavra “*xamã*”, que quer dizer “guarda da tradição tribal”. Outro exemplo ocorre quando algum indígena diz: “você é como os *kinohaliti*, nossos antigos que nos ensinaram”; para os Kayabi, a palavra com esse sentido era “*maït*” (MIA, DORNSTAUDER, s.d. f.03)

Essa descrição mostra de certa forma, a preocupação do Padre com o não entendimento da língua, o que dificultava o processo de evangelização. Isso fica claro no seguinte trecho, feito a próprio punho à caneta no documento: “bastante diferentes, mais que cidade de dois países, somos dois mundos diferentes”. Nesse sentido, vale lembrar que Michel Foucault relata que:

Nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis; algumas são altamente proibidas (diferenciadas e diferenciantes), enquanto outras parecem quase abertas a todos os ventos e postas, sem restrição prévia, a disposição de cada sujeito que fala (FOCAULT, 1970, p.37)

Assim, vemos que a diferenciação fonética não foi um empecilho, nem um discurso que parecia impenetrável, pois o padre dominou o mundo que era diferente, fundiu-se em um só. Dessa forma, compreende-se a admiração que se estabelecia entre o jesuíta João Dornstauder e os indígenas por ele contatados.

É importante ressaltar que os indígenas obtiveram uma admiração pelo seu “pacificador”

(forma pela qual chamavam João Dornstauder), devido ao suposto cuidado que ele tinha com aproximação. Esse cuidado era representado pelos presentes usados para conquista dos indígenas, e pelo diálogo que ele introduzia entre os seringueiros, para acalmar os conflitos. Porém, para se chegar a essa dita admiração contextualizada pelos jesuítas, os acontecimentos enfrentados pelos indígenas não foram fáceis.

Exemplo disso foi o internato indígena de Utiariti, no qual o índio viva em um regime militar abençoado por Rondon. Nele, cumpria-se, entre outras, a função de formar trabalhadores nacionais para as linhas telegráficas, além de recrutar crianças, especialmente Pareci, para formar um internato, uma escola da Comissão na estação Utiariti que colhia crianças de ambos os sexos (PACINI, 2015). Dessa forma, crianças indígenas foram retiradas de seus pais para serem levadas para o internato.

Embora essa prática tenha se iniciado com os Pareci, ela estendeu-se às outras aldeias, como os Rikbaktsa. Meninos e meninas foram arrancados do seu seio familiar como “bichos selvagens”, em meio a choros e gritos que ecoavam na selva. Havia crianças que não sabiam o que era outra língua, não sabiam o que era vestimenta, e muito menos que existia como alimento o arroz, e que tinham que tirar de seu corpo sua pintura, a qual identifica o seu clã (origem genealógica de cada grupo) e mais, o seu colar e ao anoitecer, se dariam conta que não dormiriam de acordo com o costume da aldeia.

As marcas da colonização arrastaram-se por gerações, por isso que José de Souza Martins define que o espaço de fronteira, é a degradação do homem, pois a violência se perpetua, invadindo o espaço indígena, o que ocasiona conflitos e leva à mortalidade indígena. Ou seja, não há valorização humana, já que os valores postos, são os da ganância e do lucro. A partir desses dois valores, não se surpreende que as frentes de expansão de Tocantins, do Pará, de Rondônia, do Acre, do Mato Grosso e do Amazonas passaram por esse mesmo processo.

Embora marcada por uma transitoriedade notória e menor do que a das durações históricas das sociedades e grupos que ali se encontram e se confrontam, o calendário dessa convivência complicada é mais extenso do que parece. Sua durabilidade tem se estendido por gerações e marca até profundamente a cultura peculiar que daí decorre (MARTINS, 2009. p. 24).

A compreensão da sociabilidade característica da frente de expansão depende justamente de reconhecer, nessa divisão, um ponto de partida e ver nela o que se tem de revelador. A história do recente deslocamento da fronteira é uma história de destruição, mas também de resistência, de revolta, de protesto, de sonho e de esperança (MARTINS, 2009), pois, para nascer a civilização do branco, foi necessário ocorrer a desfiguração da cultura indígena.

Então, parte-se para mais uma revelação nesse acervo documental deixado pelo Padre João Dornstauder, que também contribui para a expansão territorial mato-grossense, mas com a esperança de evangelizar os “pagãos”, como eram chamados os indígenas. Já que eles tinham como o seu Deus a natureza e a terra, a evangelização jesuíta imporia, através da homilia, o Deus do Cristianismo. As pontuações deixadas no documento intitulado “Cartaz de Utiariti”, datado de 1948 a 1949 pelo Padre Dornstauder, seguem rotineiramente os horários das atividades em que ocorria a prelação, uma vez que os indígenas estavam sendo evangelizados e tinham uma doutrina a seguir:

6h	Orações e Santa Missa; Instrução; Café depois da Santa Missa;
7h30 às 8h	Preparação para as aulas;
8h15	Aula;
11h30	Repetição de estudos na escola, deveres, serviços de cozinha; Ressalva: o banho acontecia antes das 11h30.
12h	Almoço
14h	Aula; trabalho;
Depois da oração da noite	Silêncio

**Fonte:** Dados obtidos em MIA, DORNSTAUDER, s.d. f. 2, organizados pela autora.

Além disso, no diário tem-se o cuidado minucioso de se desenhar o pôr do sol, o cantar do galo, retratado pela imagem da ave sobre um muro, a hóstia, a cruz e o cálice, símbolos da doutrina cristã sobre um altar. Após as imagens, seguem anotações com dizeres:

“Tempo de sossego e silêncio”: 1. pela manhã até a hora da Santa Missa; 2. das 11h30 até as 12h. “cada coisa, em seu lugar e seu tempo”. (MIA, DORNSTAUDE, s.d. f. 2)

Fecha-se o documento com o desenho do sino, instalado sobre palanques de madeira, e com dizeres: “Sábado à tarde é tempo de confissão, aos domingos, Santa Missa” (MIA- IASI – ANTONIO JUNIOR, p103.f.2).

Assim, com a análise desse documento, podemos observar como o cristianismo pregado pelos missionários jesuítas foi imposto aos indígenas, por meio de regras, horários e pela obrigatoriedade de participarem ativamente da cultura religiosa do “branco”. Foi imposta aos indígenas a homilia, para cessar a “raiz” da adoração dos deuses da natureza. A doutrina cristã dos missionários os via como “pagãos” e ao índio restou a dor de sufocar os ensinamentos dos seus antepassados.

### **Considerações Finais**

O presente trabalho revelou detalhes que agregaram conhecimentos, por meio do material analisado do Centro Burnier. Esses registros contribuíram para o desenvolvimento total do trabalho, pois através deles foi possível analisar a ação jesuítica no noroeste do estado do Mato Grosso, tendo como foco principal o padre jesuíta João Dornstauder. Ele, que foi considerado por muitos o “Anchieta do século XX”, deixou um legado de registros que nos permitiu analisar como se deu o processo de ocupação e a finalidade da ação missionária jesuítica.

Como afirmamos, o arquivo analisado é composto por cartas e diários, sendo que a maior parte foi escrita pelo jesuíta, e há também respostas às cartas, além de outros documentos escritos por distintos membros da igreja, bem como por outras personalidades de relevância para o movimento. Essa narrativa histórica valoriza a riqueza das informações contidas no acervo documental, mas também nos permite analisar as entrelinhas da seletiva que compõe o corpo do trabalho, fazendo um entremeio da narrativa missionária e como se deu o processo de ocupação.

As terras habitadas pelos povos indígenas há milhares de anos (mesmo antes da vinda dos portugueses), onde não havia sido implantada a industrialização e nem outras marcas do capitalismo, como as frentes de expansão e pioneira. As pessoas que fizeram parte desse processo denominavam o território indígena como espaços vazios, espaços que precisavam ser ocupados e explorados. Como mostramos, essa ocupação, além de funcionar como expansão do meio de produção vigente, teve também como parte a ação jesuítica, com o propósito da evangelização.

Portanto, a população indígena que não conhecia essa entidade a que chamaram de “homem branco”, teve suas terras invadidas em nome da transformação e da extração das riquezas naturais. Houve conflitos nos quais foram mortos com crueldade, tiveram suas origens ceifadas, outro idioma fora imposto, as vestimentas cobriram o corpo, os ritos aos deuses foram sufocados pelo cristianismo e a alegria do uso das plumas silvestres e dos colares de sementes foi descartada, como se fossem objetos quaisquer.

Nesse sentido mostramos em nossas análises, para o “homem branco” os amuletos dos indígenas tratavam-se apenas de objetos; contudo, para eles, era a sua identidade. O Padre João Dornstauder pacificou alguns dos conflitos, curou algumas feridas, evangelizou em nome do cristianismo e popularizou-se entre as aldeias do noroeste. Mais de acordo, com o material analisado, foi possível notar que os passos da dita pacificação evangelizadora fora necessariamente um massacre, tanto em níveis materiais porque houve mortes e toda sorte de perdas quanto em níveis mais simbólicos como a degradação contínua da cultura indígena.

A junção do cristianismo, como metodologia de contato, e os interesses latifundiários sustentados pelo estado, desembocaram numa sociedade que massacrou os povos indígenas no tempo do contato e ainda hoje age com ojeriza em relação às pautas e causas dos povos indígenas. A pilhagem feita sob os mais sagrados desígnios é a única herança que estas sociedades indígenas têm.

**Referências**

BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História: Especialidades e Abordagens**. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

FOCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1970.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Ouro nos confins do humano**. 2ª ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.

MIA- DORNSTAUER, João. **Conjunto de fascículos sem pastas**. 18.1 – BR. CBFJ - Documentos coletados no Centro Burnier Fé e Justiça, com sede, Cuiabá.

MIA- IASI JUNIOR, Antônio. **Pasta 103 – fascículo 2**. 37.1 – BR. CBFJ - Documentos coletados no Centro Burnier Fé e Justiça, com sede, Cuiabá.

MIA- MOURA E SILVA, José. **Jesuítas em MS, RO e MT**. 62.1 – BR. CBFJ - Documentos coletados no Centro Burnier Fé e Justiça, com sede, Cuiabá.

NICOLA, José. **Literatura Brasileira: das origens aos nossos dias**. São Paulo: Scipione: 2003.

PACINI, Aloir, S.J. **Um artifício da Paz entre seringueiros e índios**. São Leopoldo: ed. Unisinos, 2015.

Recebido em 25 de maio de 2019.

Aceito em 10 de junho de 2019.